



**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA CIDADE DE MACEIÓ/AL: CONFRONTANDO A OPINIÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E SEUS COORDENADORES**

Thiago Hallison Medeiros de Lima<sup>1</sup>  
David dos Santos Calheiros<sup>2</sup>  
Neiza de Lourdes Frederico<sup>3</sup>

**RESUMO**

*Nos dias atuais, temos observado um aumento no número de investigações no contexto alagoano enfocando a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior (IES). No entanto, nos cursos de Educação Física (EF) estas pesquisas ainda são restritas. Diante desta situação procuramos analisar e confrontar opiniões de alunos com deficiência e de coordenadores de curso de Educação Física sobre a inclusão de alunos com deficiência em cursos de Educação Física da cidade de Maceió/Alagoas. Utilizamos para isto uma abordagem qualitativa de pesquisa, em que foram entrevistados 06 alunos com deficiência e 02 coordenadores dos respectivos cursos que aqueles estavam vinculados. Os resultados revelam-nos que a inclusão de alunos com deficiência nos cursos de Educação Física das IES de Maceió/AL tem-se configurado como um processo que está em inicialização, ao passo que é prejudicado por diversas interferências, a saber: barreiras pedagógicas; barreiras arquitetônicas; barreiras de comunicação; e por ausência de apoios institucionais. Mediante estes resultados, entendemos que a educação apesar de ser um direito de todos os cidadãos, é um dever nosso também lutar para que esta se efetive da melhor forma possível, garantindo ações permanentes dentro da IES e fora da mesma.*

**Palavras-chave:** *pessoa com deficiência; cursos de Educação Física; educação superior.*

**ABSTRACT**

*Nowadays, we have observed an increase in the number of investigations in the context of Alagoas focusing on inclusion of people with disabilities in higher education institutions (HEI), however, courses in Physical Education (PE), these studies are still restricted. In this situation we analyze and compare the opinions of students with disabilities and course coordinators of Physical Education on the inclusion of disabled students in physical education courses in the city of Maceió/Alagoas. We used a qualitative approach to this research, which interviewed 06 students with disabilities and 02 coordinators of these courses that were linked to those. The results show us that the inclusion of disabled students in physical education courses of the IES of Maceió/AL has been configured as a startup process that is, while it is hindered by various forms*

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física – UFAL; Ex-bolsista PIBIC/CNPq/UFAL; Integrante GEEAMA, NEEDI.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Educação Física – UFAL; Ex-bolsista PIBIC/CNPq/UFAL Integrante GEEAMA, NEEDI.

<sup>3</sup> Professora do curso de Educação Física – UFAL; Coordenadora do GEEAMA, NEEDI.



*of interference, namely, educational barriers; architectural barriers, communication barriers, and lack of institutional support. By these results, we believe that education despite being a right of all citizens, it is also our duty to fight for this to become effective as best as possible, ensuring permanent actions within the IES and beyond.*

**Keywords:** *people with disabilities, physical education courses, higher education.*

## RESUMEN

*Hoy en día, hemos observado un aumento en el número de investigaciones en el contexto de Alagoas se centra en la inclusión de las personas con discapacidad en instituciones de educación superior (IES), sin embargo, los cursos de la Educación Física (EF), estos estudios siguen siendo restringidos. En esta situación, analizar y comparar las opiniones de los estudiantes con discapacidad y coordinadores de cursos de la Educación Física en la inclusión de estudiantes con discapacidad en los cursos de educación física en la ciudad de Maceió/Alagoas. Se utilizó un enfoque cualitativo a esta investigación, que entrevistó a 06 estudiantes con discapacidad y 02 coordinadores de los cursos que fueron vinculados a ellos. Los resultados nos muestran que la inclusión de alumnos discapacitados en los cursos de educación física del IES de Maceió / AL se ha configurado como un proceso de inicio, es decir, si bien se ve obstaculizado por las diversas formas de interferencia, es decir, las barreras de la educación; barreras arquitectónicas, las barreras de comunicación, y la falta de apoyo institucional. Por estos resultados, creemos que la educación a pesar de ser un derecho de todos los ciudadanos, también es nuestro deber luchar para que esto sea efectivo lo mejor posible, garantizar acciones permanentes en el IES y más allá.*

**Palabras clave:** *las personas con discapacidad, cursos de educación física, la educación superior.*

## INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) enquanto órgãos sócio-educacionais apresentam-se como um reflexo da sociedade, expondo traços característicos que pertencem à mesma. Neste sentido, Moreira e Correia (2007) afirmam que a universidade não está fora da história de um país, pois esta reflete parte de suas tradições, de seus avanços e dos seus retrocessos. Além do mais, as IES contribuem para a formação intelectual, cultural e política do país. Contudo, ao mesmo passo que as IES operam no meio social, elas acabam sofrendo influências que moldam o seu papel e o seu modo de agir.

A pessoa com deficiência e sua inserção no ensino superior desafia e provoca mudanças dentro e fora dos muros das IES. Isto porque este público historicamente este alijado de seus espaços de ensino. Dentre as características que influenciam negativamente as instituições de ensino superior, destacamos em especial, o estigma social que afastavam e ainda afastam em partes as pessoas com deficiência dos espaços educacionais de ensino superior. Com relação ao estigma social, Magalhães *et al.* (2008, p.2-3) entendem-no como “a concepção social sobre atributos diferentes em relação ao que é considerado padrão, como uma



marca que determina alguns sujeitos como inferiores aos demais. É o modo como a sociedade vê, concebe e lida com a diferença”.

Sendo assim, entendemos que é essencial que as IES reflitam sobre seu papel no atendimento das pessoas com deficiência, para que todos possam ter a mesma oportunidade de participar com sucesso no processo educacional. Como afirmam Dias, Silveira e Musis (2008, p.4), “as pessoas com deficiência têm chegado às universidades e estas instituições têm encontrado inúmeras dificuldades e dúvidas com relação ao que precisam prover e à forma como devem se estruturar para receber esses alunos”.

Para ilustrar esse novo quadro, tomamos o número de alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esse número tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, mais especificamente aumentou 140% entre 2001 e 2006. Em 2001, registravam-se 5.440 acadêmicos com deficiência matriculados na educação superior, e, em 2006 esse número era de 13.270 matrículas (MEC/INEP, 2006). Mais especificamente, nos cursos superiores na modalidade presencial de ensino, eram 6.797 universitários com deficiência matriculados, sendo que apenas 1.357 em instituições de ensino superior públicas e os outros 5.440 em instituições privadas (MEC/INEP, 2007).

Este indicador traz-nos informações positivas em relação ao fator da inclusão no ensino superior, considerando que houve um aumento significativo em termo quantitativo de alunos que possuem alguma necessidade específica. Contudo, é preciso fazer algumas ponderações em relação a esta temática. Conforme Santos (2008, p.8) adverte-nos “é importante salientar que a ‘quantidade’ não é o único fator relacionado à inclusão, mas que é fundamental garantir ‘qualidade’ na educação quer nas instituições superiores, quer nos demais níveis e modalidades de ensino”.

No que se refere à realidade do município de Maceió/AL, pesquisas recentes afirmam que também houve um significativo aumento do contingente de pessoas com deficiência na educação superior, porém os resultados deste processo não são satisfatório se pensarmos em uma educação que atenda realmente a todos os alunos. Isto porque nestas pesquisas verificou-se que a inclusão de pessoas com deficiência em Maceió/AL ainda é algo muito recente e que sofre interferências prejudiciais por falta de acessibilidade, pelas barreiras atitudinais, e pela ausência de recursos que possibilitem a permanência desse alunado com qualidade no processo educacional (FUMES; CALHEIROS, 2010; LIMA; FUMES, 2010).

Apesar de existirem pesquisas que abordem a realidade da inclusão da pessoa com deficiência nas IES de Maceió/AL, são restritas as investigações neste contexto enfocando especificadamente a inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de Educação Física de ensino superior. Dentre as pesquisas que mapeamos, conseguimos identificar apenas uma pesquisa, o estudo realizado por Lima e Fumes (2010) que analisava apenas a perspectiva do aluno com deficiência a respeito da inclusão na educação superior, não abordando desta forma a perspectivas dos coordenadores de tais cursos e nem tampouco confrontava a opinião de tais sujeitos.

No entanto, de maneira mais abrangente, se sabe que a falta de informações de gestores, professores e demais membros de uma IES acerca das necessidades dos alunos com deficiência no que se refere aos métodos de ensino, materiais didáticos adaptados e uma comunicação satisfatória entre aluno-professor promove, em grande escala, a impossibilidade de acesso e permanência no ensino superior pelo aluno com deficiência, mesmo que nos dias atuais já tenhamos alunos cursando e concluindo esse nível de ensino (ANDRADE *et al.*, 2006).

No entanto, a inclusão não implica apenas em acesso e permanência na instituição educativa. É preciso garantir também sucesso de aprendizagem. No caso particular na educação superior não é só a conclusão de



um curso de nível superior que interessa aos então universitários, seja com ou sem deficiência. Há também o anseio de se tornar um profissional qualificado e capaz de responder aos desafios impostos pelo mercado de trabalho (CARDOSO; BRAGA, 2009).

Para a pessoa com deficiência, o término do curso de graduação abre possibilidades de ingresso no mercado de trabalho qualificado. Segundo Cardoso e Braga (2009), essa possibilidade de trabalho permite-lhes demonstrar a sua capacidade, o que os torna mais motivados, capazes e felizes, tanto no ambiente de trabalho quanto na vida pessoal.

Levando em consideração estes aspectos, propusemo-nos analisar o processo de inclusão de universitários(as) com deficiência de cursos de Educação Física de instituições do ensino superior da cidade de Maceió/AL. Mais especificadamente, analisaremos a opinião de universitários(as) com deficiência e de coordenadores de cursos de IES de Educação Física acerca do processo de inclusão de alunos/as com deficiência na educação superior, mais particularmente na sua instituição.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui uma natureza qualitativa e utilizamos como instrumento a entrevista reflexiva. De acordo com Szymanski (2005), neste tipo de entrevista é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento.

Para a definição da amostra da pesquisa, inicialmente identificamos 4 IES (1 pública e 3 privadas) cadastradas no INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação), com cursos de Educação Física, na modalidade presencial e sede na Maceió/AL. Destas, verificamos, através de visitas *in locu*, que apenas 02 instituições privadas possuíam alunos com deficiência, sendo que na instituição 1 havia 02 alunos e na instituição 2 havia 04 alunos com deficiência. Além destes 06 alunos, participaram da pesquisa 02 coordenadores de curso, um de cada instituição.

Vale ressaltar que o critério de participação no estudo pautava-se no fato do aluno ser uma pessoa com deficiência (física, sensorial, intelectual e/ou múltipla) e estar devidamente matriculado em sua instituição. No caso dos coordenadores, estes deveriam ter em seu curso a presença de alunos com deficiência.

A partir desta identificação, realizamos a entrevista que ocorreu após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as entrevistas foram gravadas (áudio) na íntegra e logo após foram transcritas.

A análise de conteúdo utilizada foi a temática<sup>4</sup>, realizada a partir da leitura flutuante dos materiais recolhidos, a fim de fazer um reconhecimento dos temas relevantes da pesquisa e que foram organizados em três momentos: análise dos alunos, ; análise dos coordenadores e a confrontação dos dados referentes aos alunos e coordenadores. Estas categorias serão posteriormente discutidas no decurso do texto.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas, sob o parecer de nº 010620/2009 – 44.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

<sup>4</sup> Não está a ser utilizado o conceito “análise de conteúdo temática”, consagrado por Bardin, no intuito de não se gerarem confusões de que a análise aqui conduzida tenha um caráter quantitativo (que não é o caso), visto que tradicionalmente este tipo de análise tem sido utilizado desta maneira.



Como dissemos, participaram desta pesquisa 6 alunos com deficiência, que estavam devidamente matriculados em cursos de Educação Física da cidade de Maceió/AL e 2 coordenadores dos cursos freqüentados por aqueles universitários. De uma maneira específica, era 01 aluno com deficiência física, 03 alunos com surdez (e usuários de Libras), 01 aluno com deficiência auditiva (e não usuário de Libras) e 01 aluno com deficiência intelectual.

Para melhor ilustrar como estes universitários estavam distribuídos entre as instituições temos o quadro 1 logo a seguir.

INSTITUIÇÃO/COORDENADOR	ALUNO(A)	IDADE	DEFICIÊNCIA
Instituição 1 Coord. Roberto	Diego	24	Surdez
	Luis	21	Auditiva
Instituição 2 Coord. Pablo	Lara	21	Surdez
	Ana	26	Surdez
	Felipe	30	Física
	Bruno	20	Intelectual

#### **Quadro 1 - Caracterização dos universitários pesquisados<sup>5</sup>**

Feito a caracterização inicial dos sujeitos, realizaremos a seguir a análise dos dados obtidos, que dividimos em três momentos: A inclusão de alunos com deficiência nos cursos de Educação Física: a perspectiva dos alunos com deficiência; A inclusão de alunos com deficiência nos cursos de Educação Física: a perspectiva dos coordenadores de curso; por fim, Confrontando opiniões de alunos e coordenadores sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência nos cursos de Educação Física.

### **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

O fato de o ensino superior estar mais acessível à população brasileira, como podemos perceber através do Censo da Educação Superior de 2008 (INEP), eleva a importância de um sistema educacional em que todos possam ter as mesmas oportunidades e conseqüentemente possibilidades de freqüentar estes espaços educacionais e desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, incluímos aí o direito das pessoas com deficiência não só freqüentarem os espaços educacionais das instituições de ensino superior, como também de ter as suas necessidades atendidas, de modo que possam permanecer na instituição e ter uma trajetória de aprendizado de sucesso. Com relação à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, Chahini e Silva (2007, p.1) defendem que:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições de educação superior (IES) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de

<sup>2</sup> Todos os nomes utilizados são fictícios e são usados no intuito de preservar a identidade dos participantes. Na identificação da deficiência há indicação de surdez para aqueles casos em que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua do sujeito e deficiência auditiva para os casos da língua oral ser a primeira.



oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

As autoras consideram ainda que a inclusão na educação superior não pode ser entendida como um movimento que tem por objetivo privilegiar uma classe em detrimento da outra. Sua idéia basilar é desenvolver uma educação que atenda a todas as pessoas e que estas possam aprender juntas, promovendo o desenvolvimento social e pessoal, independente das características que o alunado possa ter e/ou até mesmo adquirir.

Devemos ainda atentar que a inclusão educacional está firmada em vários instrumentos legais, dentre eles: a Constituição Federal, de 1988, a Lei 7.853/1989, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1.996), a Lei 10.098/2000, regulamentada pelo decreto 5296/2004, entre outras.

Para que não se pense que a inclusão educacional é um simples paradigma educacional restrito ao nosso território nacional, é necessário fazer menção de alguns poucos documentos internacionais, os quais foram fundamentais no processo de consolidação desta perspectiva, como a Declaração de Educação para Todos, de Jomtien, de 1990; a Declaração de Manágua, de 1993; a Declaração de Salamanca, de 1994; a Declaração Internacional de Montreal de Montreal sobre a Inclusão, de 2001; e, mais recentemente a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006.

Diante disso, questionamos os universitários com deficiência dos cursos de Educação Física sobre como eles analisavam a inclusão na educação superior. De uma maneira geral, eles consideram-na como sendo um processo importante e recente, ainda que sejam necessários avanços em vários aspectos. De modo mais particular, parte dos entrevistados apontou para a relevância da formação em Educação Física.

Vejamos como o mencionado é expresso pelos entrevistados:

Está começando agora, mas precisa melhorar o olhar para esses alunos com deficiência, principalmente física, visual, principalmente na parte de acesso, de estrutura (Luis, aluno com deficiência auditiva, instituição 1).

Às vezes, tenho alguns problemas por ser deficiente, mas é importante a inclusão. No curso de Educação Física, eu acho muito bom, porque ele vai aprender como ensinar. [...] falta acessibilidade, falta algumas adaptações (Lara, aluna com surdez, instituição 2).

O aluno Diego também reconhecia a importância da inclusão da pessoa com deficiência nos cursos de formação em Educação Física e comentou sobre as facilidades e as possibilidades desse processo inclusivo. Vejamos o que nos diz esse aluno:

Diego: Acho que tanto os ouvintes quanto os surdos precisam estar incluídos. Não só os ouvintes se adaptar a deficiência do surdo no caso, mas também o surdo se adaptar ao ouvinte. Um ensinando ao outro para que haja a comunicação entre ambos. O curso de Educação Física é um curso bom, onde eu me encontrei e a inclusão é melhor.

Pesquisador: E, no caso de outra deficiência?

Diego: Eu acho que no caso do cadeirante não seria muito difícil, pois eles usariam as mãos para o basquete e voleibol como muitos que estão aí nas Paraolimpíadas; o cego também é capaz de se adaptar porque também tem umas bolas que tem um chocalho dentro e o cego consegue identificar e vai atrás dela. Está na Lei, qualquer um: cego, surdo, [Síndrome de]



Down... Todos precisam de inclusão. Somos normais, iguais a vocês, eu, por exemplo, sei nadar, o cego sabe nadar, ouvinte sabe nadar, um deve ajudar ao outro.

Como pode ser percebido no recorte anterior, o universitário *Diego* reconhece a inclusão como um dos direitos das pessoas com deficiência, como ainda vislumbra possibilidades de inclusão no curso de Educação Física de pessoas com deficiência intelectual, física, cegueira ou surdez por meio do esporte. Além disso, ele percebe como um processo de ajuda mútua entre os participantes e necessário para todos.

Segundo Costa e Sousa (2008), a preocupação com o esporte para pessoas com deficiência data o final dos anos 1950 e mesmo que inicialmente sob ótica integracionista a educação física conseguiu enxergar a potencialidade, valorizar a diferença, superar a visão de corpo imperfeito, mutilado, ineficaz, sentimentos e atitudes ligados a essas pessoas desde muitos anos e décadas. Desta forma, os esportes e as atividades físicas para que as pessoas com necessidades especiais são adaptados para que todos pudessem praticá-los. No entanto, tais autores, considerando também o momento atual, ponderam que ainda se espera que esses esportes para pessoas com deficiência sejam esportes criados para todas as pessoas e não apenas para uma parcela da sociedade com determinadas características, necessidades especiais.

Dos fragmentos anteriores, evidencia-se que para a consolidação do processo inclusivo da pessoa com deficiência na educação superior ainda é preciso mudanças sociais, no sentido de garantir as condições necessárias para o seu desenvolvimento e o exercício de sua cidadania. Para tanto, são necessárias transformações nos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas, inclusive da própria pessoa com deficiência. Sem essas mudanças, será difícil haver inclusão no seu sentido mais amplo.

Diante disso, Silva Filho e Fonseca (2008) entendem que também seja necessário que as instituições de ensino e as políticas governamentais contemplem uma postura de aceitação das diferenças, como ainda sejam garantidas condições de igualdade, as quais lhes possibilitem participar de forma efetiva de sua aprendizagem e a desenvolver suas potencialidades.

## **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A PERSPECTIVA DOS COORDENADORES DE CURSO**

As pessoas com deficiência nem sempre são bem vistas pela sociedade pelo fato de sua “deficiência ser concebida pela não-eficiência, pela incompetência. Com isso, vinculam-se novamente as representações de deficiências ao desvio, a características estigmatizantes e depreciativas” (CASTRO *et al*, 2008, p.6-7). Entretanto, tal representação social pode ser desconstruída por meio da educação inclusiva, que estabelece a convivência das diversidades nos ambientes educacionais, com o intuito de enriquecer a vida social e, sobretudo garantir o direito à educação regular (MAGALHÃES *et al*, 2008), inclusive na educação superior.

Com relação à inclusão de alunos com deficiência nas IES de Maceió-AL, um dos coordenadores (Pablo) de curso avaliou de forma positiva este processo nos espaços acadêmicos, tendo em vista que essa inclusão não se configura como uma utopia, mas que é possível incluir os alunos com deficiência independentemente das suas diferenças. Vejamos o que eles disseram:

Olha, é um grande passo que tem sido dado, principalmente a partir da década de 80. E, é um direito que o aluno portador de necessidade especial tem de estar aqui no sistema educacional, como em qualquer outro campo, em saúde, trabalho. É um grande passo e que hoje está crescendo cada vez mais, então isso é muito importante, esse processo de inclusão (Coordenador Pablo).



Todavia, esta não é a única posição. Como veremos no recorte a seguir, o coordenador Roberto não avalia precisamente como ele percebe a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior. Ele expressa alguns aspectos positivos ou negativos da inclusão do aluno com deficiência em seu curso, sendo que atribui as dificuldades enfrentadas por um determinado aluno a forma como foi tratado por seus pais no âmbito familiar. Vejamos o recorte:

Aqui em nossa IES a gente teve a inclusão de um único aluno aqui que tem deficiência auditiva e esse aluno no começo sofreu algum problema. Mas, mais por parte de uma formação que ele teve em casa de uma situação que ele vinha de casa, muito preso, né? E quando ele foi solto dentro da universidade, ele sofreu, digamos assim um baque muito grande. A gente tentou [ajudar] de várias maneiras, conversando, com vários professores (Coordenador Roberto).

Podemos ainda destacar na fala do coordenador Roberto o fato de ele ter mencionado ter conversado com os professores do aluno com deficiência, na tentativa de buscar soluções para o caso. O professor tem uma atuação muito relevante na promoção da inclusão ao buscar meios diversificados para atender as necessidades desse aluno e atua como um dos principais mediadores do conhecimento ao aluno em sala de aula, bem como o membro que mais se envolve com a sua formação.

Oliveira, Fogli e Silva Filho (2006) consideram que educadores devem, a todo o momento e em qualquer espaço, sensibilizar as pessoas, no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida daqueles que necessitam de uma maior atenção, compreendendo-os, bem como atendendo às suas expectativas, visando principalmente sua total inclusão social e propiciando-lhe o exercício participativo de sua cidadania. Sendo assim, a inclusão dentro da instituição de ensino é algo que perpassa a figura dos professores, coordenadores e toda a comunidade acadêmica.

É extremamente relevante a participação do professor nesse processo de inclusão, pelo fato de o coordenador ter sob a sua responsabilidade uma série de compromissos peculiares e necessários ao processo de inclusão. É preciso que a instituição e seus membros, em especial o coordenador, ofereçam acompanhamento e adequação de recursos que auxiliem na inclusão e favoreçam as condições para o ensino e aprendizagem direcionado a cada aluno e suas necessidades especiais, proporcionando dessa forma meios para sua permanência dentro da IES (FERREIRA, 2007).

Afora do reconhecimento do direito da pessoa com deficiência em estar na educação superior, os coordenadores apontaram para modificações estruturais e contratação de profissional especializado (intérprete de Libras) para atender as necessidades deste alunado. Vejamos os recortes:

Todas as condições possíveis, o que o aluno não portador de necessidade [especial] tem, o aluno portador de necessidade especial tem, mas quando há a necessidade de algo específico como, por exemplo, o portador de necessidade auditiva precisa de um intérprete então a instituição contrata esse intérprete. Cada portador tem um intérprete. Outras solicitações não foram feitas. [...] Em nossa IES, nós não temos problemas, desde quando ela foi implantada, se você andar por aqui vai ver as rampas de acesso e que nós estamos adaptados. Na biblioteca temos livros em braile, além disso, nós temos os computadores, nós temos as bolas que tem guizos (Coordenador Pablo).

Bem, esse apoio que a gente teve foi o apoio do intérprete, no começo, logo que ele chegou. Hoje não tem nenhum problema em relação ao aluno. Hoje ele não chega com problema





nenhum porque é deficiente, chega com pedagógicos, mas não pela deficiência dele. Não tivemos problema quanto aos apoios didáticos. A única coisa que a gente teve que fazer foi a contratação do intérprete de Libras, e a princípio neste caso não teve nenhuma necessidade (Coordenador Roberto).

As falas mostram claramente que os apoios são oferecidos de acordo com as necessidades mais facilmente percebidas desses alunos, como é o caso da contratação de intérpretes para o aluno com surdez, a construção de rampas para o aluno com deficiência física ou mesmo da aquisição de bolas com guizo para alunos com deficiência visual.

Estas ações levam-nos a concordar com Chahini e Silva (2007) que consideram que vários fatores contribuem para a precarização do processo inclusivo na educação superior, dentre eles o despreparo das IES no que diz respeito à escassez de materiais e de recursos, a presença de barreiras arquitetônicas e atitudinais, a ausência de pessoas especializadas que auxiliem neste processo de inclusão educacional, proporcionando flexibilidade do currículo, criatividade e comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem.

### **CONFRONTANDO OPINIÕES DE ALUNOS E COORDENADORES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Esta análise terá como propósito expressar as concordâncias e as contradições reveladas nos discursos de coordenadores e de alunos com deficiência acerca do processo de inclusão da pessoa com deficiência nos cursos de Educação Física das instituições ensino superior da cidade de Maceió/AL. Pudemos perceber que universitários e coordenadores apresentavam conhecimento sobre a inclusão educacional e avaliavam de forma positiva este processo, revelando que todas as pessoas, sem qualquer distinção, têm o direito de frequentar e participar ativamente das atividades acadêmicas. Vejamos as falas dos entrevistados:

A inclusão não se dá somente com os portadores de necessidades especiais. Ela se dá no processo educativo. É o tratamento incluso desse aluno com os demais participantes, com os mesmos direitos, mesmas garantias. [...] nós temos aqui no curso em Educação Física alunos portadores de deficiência auditiva, temos deficiência física, temos portador de deficiência mental (Coordenador B).

É importante a inclusão. A união entre as pessoas diferentes e respeitar as diferenças um do outro e trocar idéias, isso que é importante para inclusão social. (Lara, aluna com surdez, instituição 2).

A partir deste entendimento sobre a inclusão do aluno com deficiência na educação superior, buscamos refletir com os participantes da pesquisa como ocorria a inclusão em sua instituição. Mais especificadamente, analisamos o processo seletivo e o ingresso em termos de acessibilidade, a prática pedagógica e a disponibilização de apoios institucionais que contribuíssem para o sucesso educacional.

No que se refere ao processo seletivo e o ingresso de alunos com deficiência aos cursos de Educação Física de IES de Maceió/AL, constatamos algumas contradições entre os discursos de coordenadores de curso e dos alunos com deficiência. Por exemplo, o coordenador da instituição “1”, no caso Coordenador A, referiu que o ingresso do aluno “Diego” (aluno com surdez) à sua instituição procedeu-se de forma simples para facilitar o seu processo de inclusão. Porém, o aluno destacou que aconteceram alguns constrangimentos durante o processo seletivo, pois, não havia um intérprete de Libras para interpretar a prova de seleção para ele e os demais alunos com deficiência auditiva. Vejamos o que coordenador e aluno disseram:



Bem para fazer a prova contratamos uma pessoa para fazer essa tradução da prova para ele, para facilitar todo esse processo para o aluno. Ele não teve dificuldade em relação à prova. Tivemos uma pessoa exclusiva para atendê-lo na sala, não tinha só ele, eram três alunos fazendo a mesma prova. Mas, só um passou, então o acesso a instituição a gente procura deixar isso de uma forma mais simples possível [...] (Coordenador Roberto).

Algumas faculdades não dão condições de ter intérpretes de LIBRAS. Aqui [faculdade que estuda] foi uma confusão porque na hora da prova [do processo seletivo] não tinha lá uma pessoa capacitada para interpretar a prova de vestibular para ingressos [...] (Diego, aluno com surdez, instituição 1).

Fica claro a contradição entre a coordenação e o aluno acerca da disponibilização ou não de intérprete durante o processo seletivo. Ainda que não tenhamos como saber se o intérprete esteve presente desde o início da prova, lembramos que existe um aparato legal - a portaria 3.284, de 2003, estabelecida pelo Ministério da Educação - que propõe uma série de medidas para assegurar às pessoas com deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior.

Já a percepção dos alunos com deficiência e dos coordenadores de cursos em relação às atitudes e às práticas pedagógicas dos professores universitários da cidade de Maceió foi concordante e bastante positiva na maioria das situações de ensino, como bem exprime os recortes abaixo:

Os professores já estão todos orientados e já incluem na rotina. Não tem porque tratar diferente. Com relação à prática pedagógica nas atividades teóricas e nas aulas praticas não há nenhuma diferença, é o processo inclusivo. E quanto às adaptações nas provas e nas aulas práticas depende das características. (Coordenador Pablo)

Boa. Eles sempre perguntam se está bom, se quer que ele fale mais devagar, se está escutando. Recebia o apoio do coordenador. Nunca tive nenhum problema por causa disso [com os professores por causa da deficiência]. (Luis, aluno com deficiência auditiva, instituição 1)

Esta relação amistosa entre os alunos e professores é essencial. Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p.23) “todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, precisam de interações professor-aluno e aluno-aluno que moldem habilidades acadêmicas e sociais”. Além disso, este clima emocional é essencial para que os alunos com deficiência possam realizar as suas efetivas tomadas de decisões e possam participar do processo de inclusão na educação superior de forma ativa.

No entanto, averiguamos também nos discursos de alguns alunos com deficiência que houve certo desconforto com relação às atitudes e práticas pedagógicas de professores que, de uma maneira mais específica, demonstraram desconhecer as limitações de alguns alunos com deficiência, reveladas por eles mesmos:

Felipe: Com os professores, graças a Deus, é tudo bem. Já tive alguns problemas com alguns professores, mas hoje em dia tudo na paz.  
Pesquisador: quais problemas?



## IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Felipe: justamente por eles não perceberem meus limites e achar que isso é coisa da minha cabeça. Porque eu tenho dificuldades para umas coisas e para outras não. Por exemplo, nesse momento acabei de estudar e estou sabendo do assunto todinho, mas qualquer coisa que acontecer eu me desvio do assunto e misturo uma pergunta com a outra e eles [os professores] não percebem minha dificuldade e acham que estou inventando história. [adaptação] eu tinha medo de fazer prova oral, mas teve um dia que eu fiz, então em aula fiz prova oral, mas a professora me ajudou muito nesse processo.

Sendo assim, entendemos que é preciso que os professores reflitam sobre suas práticas pedagógicas, levando em considerações as singularidades de todos os seus alunos, para promover uma educação que atenda efetivamente as diferenças. Entendemos ainda, que este trabalho não seja uma tarefa tão fácil. Como afirmam Tardif e Lessard (2007, p.172) “é preciso notar que os professores não discutem, ou discutem muito raramente, teorias pedagógicas, menos ainda trocam críticas sobre sua própria atividade docente”. E isto, de certa forma, compromete o desenvolvimento do sistema educacional.

Frente a tal quadro, em que não são dadas as condições propícias para o real desenvolvimento acadêmico, acreditamos que as instituições de ensino têm um enorme compromisso com o processo ensino-aprendizagem, e que se ela quiser ter uma educação de qualidade para todos alunos precisa ser capaz de reconhecer as diferenças e ampliar e sistematizar a variabilidade de seus serviços (TARDIF; LESSARD, 2007). Com isso, decorrerão melhores práticas de ensino, favorecendo a permanência das pessoas com deficiência, com qualidade no sistema educacional.

Com relação às ações e os serviços oferecidos, ou melhor, que deveriam ser proporcionados pelos órgãos diretivos frente à inclusão do aluno com deficiência nos cursos de Educação Física das IES de Maceió/AL, coordenadores e alunos concordaram em dizer que alguns aspectos, tais como, arquitetônicos, materiais didáticos e pedagógicos, poderiam ser modificados e/ou melhor, implementados na sua instituição para melhor garantir a sua permanência, bem como, de outros alunos com deficiência. As falas dos sujeitos abaixo expressam o que mencionamos:

Olha assim, só dependendo do tipo de deficiência, assim teremos várias coisas que teremos de nos adaptar, se for um deficiente visual, vai ter muita dificuldade em relação à calçada, degraus, em relação à locomoção, enfim um aluno com deficiência auditiva não tem muito problema, outros alunos com deficiência física, dependendo do tipo da deficiência pode ser que tenha algum problema, conforme o tipo de deficiência teria de melhor nos adaptar, de forma mais efetiva. (Coordenador Roberto)

Se fosse um deficiente físico, ele não poderia entrar por não ter rampas, só tem escadas, mas acho que vão ter reformas e vão colocar algumas rampas aí. Já para o surdo fica mais fácil porque tem intérprete de Libras. [...] Acho que só para o cadeirante que não tem acessibilidade. Na faculdade não tem, mas deveria ter e também a máquina de Braille. No curso, acho que não mudaria nada, até agora nada. (Diego, aluno com surdez, instituição 1).

Entre as modificações mais apontadas pelos alunos com deficiência e pelos próprios coordenadores de curso de Educação Física da cidade de Maceió/AL, as barreiras arquitetônicas são as mais destacadas. Possivelmente por serem estas as mais evidentes nas instituições. Apesar disso, notamos que poucas foram às



solicitações feitas por estes alunos para facilitar o seu processo de inclusão na instituição, e desta forma contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico.

Considerando as falas dos alunos com deficiências e dos seus respectivos coordenadores de cursos a respeito da inclusão nos cursos de Educação Física das IES de Maceió/AL, entendemos que a educação apesar de ser um direito de todos os cidadãos, é um dever nosso também lutar para que esta se realize da melhor forma possível, garantindo ações permanentes dentro da IES e fora da mesma (investindo em formação continuada dos professores), oportunizando que todas as pessoas não só participem do processo educacional, mas tenham a possibilidade de aprender.

## CONCLUSÃO

A partir das discussões engendradas neste trabalho acerca da inclusão do aluno com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió/AL, pudemos verificar que esta inclusão ainda está se iniciando e que gera grandes desafios para as instituições de ensino superior e seus respectivos coordenadores de curso, para garantir qualidade no processo educativo das pessoas com deficiência. Sendo assim, percebemos que esta inclusão é duramente prejudicada pelo preconceito social, que de uma forma bastante dispendiosa afastam os alunos com deficiência dos espaços acadêmicos.

Na cidade de Maceió, o ingresso de alunos com deficiências em cursos de Educação Física está a ocorrer e eles enfrentem dificuldades em relação a sua permanência nas IES de Maceió/AL. De um modo geral, as dificuldades que foram identificadas durante o processo educacional, são compreendidas em torno da ausência de um atendimento educacional especializado, que suprissem as reais necessidades educacionais dos alunos com deficiência. O que nos leva a ponderar que não há uma política institucional para a promoção da inclusão nas instituições de ensino superior de Maceió/AL.

Desse modo, é necessário que as instituições de educação superior de Maceió/AL estudadas revejam o seu sistema de ensino para bem atender os alunos com deficiência. Oferecendo investimentos em materiais pedagógicos, na qualificação docente, na infra-estrutura e na luta contra qualquer forma de discriminação (CARVALHO et al, 2008). Trabalhando desta forma, as instituições de ensino superior atenderão de forma adequada o ingresso e garantirão a permanência e a conclusão do curso de nível superior do aluno. Tais ações contribuirão com que a inclusão no âmbito da educação superior se efetive e dê possibilidades para que todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação, possam ter a oportunidade de participar com sucesso do processo educacional.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. S. A. *et al.* Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. **Revista Digital de Pesquisa Conquer da Faculdade São Francisco de Barreiras**. Vol. 1, 2006.
- BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento dos recursos e credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 01 de abril 2011.
- Censo da Educação Superior**. Brasília: MEC/INEP, 2006.



**Censo da Educação Superior.** Brasília: MEC/INEP, 2007.

CARDOSO, T. C. R.; BRAGA, E. R. L. H. Inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho brasileiro. **Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente**, Vol. 12, nº 14, 2009.

CARVALHO, E.; FONTOURA, I.; TOSAT, M. G.; SILVA, V. S. Qualificação de Docentes em Ensino Superior na Temática da Inclusão. **IN: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

CASTRO, S. F.; MOREIRA, L. C.; ALMEIDA, M. A. FREITAS, S. N. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: UFSM, UFPR e UFSCAR. **In: Congresso Brasileiro De Educação Especial**, 3, 2008, São Carlos. **Anais, 2008.**

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão. **Anais do XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste/EPENN.** Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. de C. do Esp.**, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio, 2004.

DIAS, S. T. G.; MUSIS, C. R.; SILVEIRA, G. L. Um olhar sobre as dificuldades da inclusão presentes na escola e na sociedade. **In: Seminário Educação**, 2008, Cuiabá. 20 Anos de Pós-Graduação em Educação: Avaliação e Perspectivas. Cuiabá: Gráfica Pak Multiídia, 2008. p. 01-11.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 13, n.1, p.43-60, 2007.

FUMES, N. L. F.; CALHEIROS, D. S. A inclusão de alunos com deficiência na educação superior: a experiência das instituições privadas de ensino de Maceió/AL. **In: IV Seminário sobre educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**, Natal, 2010.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Fundamentos do Ensino Inclusivo. **IN: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2006.

LIMA, T. H. M.; FUMES, N. L. F. A inclusão de alunos com deficiência em cursos de Educação Física da cidade de Maceió/AL. **Anais IV Congresso Brasileiro de Educação Especial.** São Carlos – SP, 2010.

MAGALHÃES, R. B. P.; FERREIRA, F. A. B.; LESSA, J. P. L.; SILVA, M. C. Perfil do pedagogo e os desafios da educação inclusiva: a perspectiva de gestores de um curso de Pedagogia. **In: Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 3, São Carlos, 2008.

MOREIRA, L. C.; CORREIA, G. Transformando nós em laços: Percalços e vicissitudes da inclusão na Universidade Federal do Paraná. **In: 16º Cole**, v. 01. pp. 01-10. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, J. M. F. Dimensões e diálogos da exclusão: um caminho para inclusão. SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA FILHO, J. L. F.; FONSECA, S. M. C. R. O movimento de Inclusão na Universidade: relações entre ergonomia e educação. **Anais SICA 08 Symposium Internacional - la computadora: una oportunidad para la discapacidad.** Montevideu: Universidade Católica do Uruguai, v. 01. p. 78-98, 2008.

SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. **IN: SZYMANSKI, H. (Org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília, LiberLivro, 2005.



TARDIF, L.; LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissões de interações humanas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Thiago Hallison Medeiros de Lima.  
Rua Desembargador Hélio Cabral, 120 – Feitosa  
CEP.: 57043-040  
Maceió/AL  
E-mail: [thi\\_mcz@hotmail.com](mailto:thi_mcz@hotmail.com)

David dos Santos Calheiros  
Rua Desembargador Hélio Cabral, 120 – Feitosa  
CEP.: 57043-040  
Maceió/AL  
E-mail: [davidcalheiros@hotmail.com](mailto:davidcalheiros@hotmail.com)

Neiza de Lourdes Frederico Fumes.  
Rua Mal. A. A. Câmara, 153/Apt.º 202  
CEP.: 57036-660  
Maceió/AL  
E-mail: [neizaf@yahoo.com](mailto:neizaf@yahoo.com)